



PUC
RIO

Direito, Estado e Sociedade

Jun | Set 2020
ISSN 1516-6104

57

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Departamento de Direito

Revista Direito, Estado e Sociedade (ISSN 1516-6104)

Publicação semestral do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em circulação desde 1991.

Missão e Política Editorial

Divulgar intervenções interdisciplinares e inovadoras que tenham qualidade aprovada por pares competentes. As contribuições podem se dar por meio de artigos originais, artigos de revisão, resenhas, entrevistas, palestras, relatórios de pesquisas ou relatos específicos sobre seminários científicos. Alguns números do periódico dedicam-se a temáticas específicas, conforme deliberação do Conselho Editorial. Como o periódico está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, espera-se que os trabalhos estejam, preferencialmente, vinculados às suas linhas de pesquisa, a saber: Transformações Constitucionais e Pensamento Constitucional Contemporâneo; Direitos Humanos, Democracia e Ordem Internacional; Teoria do Direito, Ética e Construção da Subjetividade.

Conselho Editorial

André-Jean Arnaud † (Centre National de la Recherche Scientifique; Paris, França); Cecília Caballero Lois † (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); Claudio Michelon (The University of Edinburgh; Edinburgo, Escócia); Costas Douzinas (Birkbeck – University of London; Londres, Inglaterra); Eduardo Rabenhorst (Universidade Federal da Paraíba; João Pessoa – PB, Brasil); Giuseppe Cocco (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); Joaquim de Arruda Falcão (Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro; Rio de Janeiro – RJ, Brasil); José Afonso da Silva (Universidade de São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); José Eduardo Campos de Oliveira Faria (Universidade de São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); Luiz Moreira (Instituto Brasiliense de Direito Público; Brasília – DF, Brasil); Marcos Faro de Castro (Universidade de Brasília; Brasília-DF, Brasil); Marilena Chauí (Universidade de São Paulo; São Paulo-SP, Brasil); Oscar Vieira Vilhena (Fundação Getúlio Vargas – São Paulo; São Paulo – SP, Brasil); Pierangelo Catalano (Universidade de Roma – La Sapienza; Roma, Itália); Ronaldo Poletti (Universidade de Brasília; Brasília – DF, Brasil); Wil Waluchow (McMaster University; Hamilton, Canadá).

Produção Editorial: PUC-Rio; Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Noel Struchiner (Editor-Chefe); Antonio Pele (Editor-Adjunto); Rafael Leles (Editor-Assistente); Glenda Vicenzi (Editora-Assistente); Amanda Cataldo (Editora-Assistente); Fernanda Abreu (Editora-Assistente); Guilherme da Franca Couto Fernandes de Almeida (Editor-Assistente); Juliana Ferreira (Editora-Assistente); Lucas Oliveira (Editor-Assistente); Luciana Fernandes (Editora-Assistente); Maria Carolina Soares (Editora-Assistente); Nina Zur (Editora-Assistente); Tiago da Silva Cicilio (Editor-Assistente); Twig Lopes (Editora-Assistente).

Apoio gráfico-editorial

Editora PUC-Rio.

Indexação e Distribuição

A revista encontra-se depositada nas principais bibliotecas do sistema nacional (COMUT) e indexada em: RVBI – Ministério da Justiça; Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN); EBSCO; ISI; Ulrich's Periodicals; e VLEX. A Revista é distribuída por meio de permuta e doação.

Responsabilidade, Conflito de Interesses e Copyright

As opiniões emitidas são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores. Deve ser feito o registro de possível conflito de interesses junto com a submissão. Permite-se a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que explicitamente citada a fonte.

Notas aos Colaboradores

Os artigos a serem submetidos ao Conselho Editorial deverão ser enviados preferencialmente pelo endereço eletrônico <http://www.jur.puc-rio.br/revistades/> ou para a Secretaria do Departamento de Direito da PUC-Rio, na Rua Marques de São Vicente 225, Ala Frings – 6º andar – Gávea – Rio de Janeiro – RJ – 22453-900. As normas de publicação e diretrizes de avaliação podem ser encontradas na última página.

DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE

nº 57 Junho-Setembro 2020

ISSN 1516-6104

Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Direito.

I. Direito – Periódicos. I – PUC-Rio.

Sumário

5 | Carta do editor/*Editorial*

Artigos/Papers

- 10 | The ideology of Human Rights: on the semiotics of having rights and the politics of being human
A ideologia dos Direitos Humanos: sobre a semiótica de ter direitos e a política em ser humano
Allan M. Hillani
- 32 | Autonomização do campo judicial e redefinição das elites judiciais locais
Autonomisation of the judicial field and redefinition of local judicial elites
Bárbara Lou da Costa Veloso Dias
- 54 | (Re)Pensar a “lógica” do sistema prisional contemporâneo: uma necessidade nas estratégias de desenvolvimento local?
(Re)Think the “logic” of the contemporary prison system: a requirement for local development strategies?
Dyego de Oliveira Arruda e Milton Augusto Pasquotto Mariani
- 75 | A fundamentalidade dos direitos sociais à luz da teoria dos custos dos direitos e do debate entre Fernando Atria e Carlos Pulido
The fundamentality of social rights according to the cost theory and the debate between Fernando Atria e Carlos Pulido
Elísio Augusto Velloso Bastos e Heloisa Sami Daou
- 110 | As minirreformas políticas e eleitorais de 2015 e 2017 no contexto democrático da contemporaneidade
Political and electoral mini-reforms in 2015 and 2017 on the democratic context of contemporaneity
Igor Martins Coelho Almeida

- 149 | Escalas de construção da Justiça: Nancy Fraser à luz de Rainer Forst
Scales of Justice Construction: Nancy Fraser in light of Rainer Forst
José Rodrigo Rodriguez
- 166 | “Saberei ensinar aos desgraçados a vereda do desespero” –
Entre o crime de insurreição e o direito à resistência:
o abolicionismo radical de Luiz Gama
“I shall be able to lead the wretched down the path of desperation” –
Between the crime of insurrection and the right of resistance:
Luiz Gama and his radical fight against slavery
Júlio César de Oliveira Vellozo e Silvio Luiz de Almeida
- 194 | A justiça comutativa e a doutrina da restituição na
Suma Teológica de Santo Tomás
The commutative justice and the doctrine of the restitution
in the Summa Theologica of Saint Thomas
Lino Rampazzo e Marcius Tadeu Maciel Nahur
- 221 | Jacob Burckhardt como teórico do Estado: o esmaecimento
de uma obra de arte
Jacob Burckhardt as a State’s theoretician: the fade of a work of art
Philippe Oliveira de Almeida e Raul Salvador Blasi Veyl
- 257 | La inconstitucionalidad del Proyecto Enmienda Constitucional
nº 215/2000 frente a los derechos de los pueblos indígenas
A inconstitucionalidade do Projeto de Emenda Constitucional
nº 215/2000 frente aos direitos dos povos indígenas
Vivianny Galvão e Robiane Karoline Menezes de Lima Santos

Notícias e Informações/News and information

- 281 | Resumos das dissertações e teses defendidas nos meses de
junho, julho e agosto de 2020 no âmbito dos Programas de Pós-
Graduação (Mestrado e Doutorado) em Teoria do Estado e Direito
Constitucional do Departamento de Direito da PUC-Rio.
- 289 | **Resumos/Abstracts**

Carta do editor

É com grande satisfação que o Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vem apresentar o número 57 da Revista Direito, Estado e Sociedade, referente ao segundo semestre de 2020. Neste volume contamos com artigos contendo pesquisas de vasta gama temática, sendo todas vinculadas às áreas de concentração do Programa. Esperamos que a leitura dos artigos publicados nesta edição seja de grande valia à comunidade acadêmica e jurídica, propiciando novos debates e discussões. Não podemos deixar de aproveitar a oportunidade para agradecer aos autores, pareceristas e leitores da *Revista Direito, Estado e Sociedade*, que permitem que a cada número sejam publicadas novas e instigantes pesquisas. Lembramos que estamos sempre abertos ao envio de novos artigos, que devem ser submetidos por meio do nosso sistema editorial online em plataforma *Open Journal System*, diretamente na página da Revista (<http://www.jur.puc-rio.br/revistades/>).

Em *The ideology of Human Rights: on the semiotics of having rights and the politics of being human*, Allan Hillani nos traz uma reflexão acerca dos direitos humanos, questionando o que significa possuir esses direitos. Para tal, sua abordagem consiste em aplicar o retângulo semiótico de Greimas e apontar o papel ideológico exercido pelos direitos humanos na relação entre direito e política.

No artigo seguinte, a autora convidada Bárbara Lou da Costa Veloso Dias analisa o processo de transformação do campo político de administração judicial brasileiro, destacando como tal mudança afetou os judiciários locais. Considerando uma nova institucionalização da Constituição Federal de 1988 e o advento da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, a autora

investiga as características e os diferenciais desse novo campo político da administração judicial no país e a redefinição das denominadas “elites judiciais locais”.

Já em *(Re)Pensar a “lógica” do sistema prisional contemporâneo: uma necessidade nas estratégias de desenvolvimento local?*, Dyego de Oliveira Arruda e Milton Augusto Pasquotto Mariani analisam o sistema prisional brasileiro e refletem acerca de sua urgente reforma, assim como sobre as possíveis ressignificações da condição dos presos e ex-presidiários de modo que contribuam para o desenvolvimento local.

Elísio Augusto Velloso Bastos e Heloisa Sami Dao colaboram nesta edição com o artigo *A fundamentalidade dos direitos sociais à luz da teoria dos custos dos direitos e do debate entre Fernando Atria e Carlos Pulido*, em que propõem uma reflexão acerca do enquadramento dos direitos sociais enquanto direitos fundamentais. Debruçando-se criticamente sobre as contribuições de Fernando Atria e Carlos Pulido e em diálogo com a teoria dos custos dos direitos, o trabalho aponta diferentes obstáculos levantados à efetivação dos direitos sociais.

Na sequência, Igor Martins Coelho Almeida explora a crise da representatividade política e avalia as alterações legislativas aprovadas recentemente para alterar o sistema político e eleitoral brasileiro. O autor faz uma leitura crítica das reformas a partir das lentes de teorias contemporâneas da democracia e das demandas populares articuladas em movimentos como as jornadas de junho de 2013.

Em *Escalas de construção da Justiça: Nancy Fraser à luz de Rainer Forst*, o autor José Rodrigo Rodriguez ancora-se na classificação das teorias da justiça de Rainer Forst para analisar as proposições construtivistas de Nancy Fraser. Além disso, o autor está preocupado em refletir sobre uma teoria da justiça que não se limite a privilegiar seres humanos racionais, autônomos, plenamente capazes de expressar e argumentar em um contexto de debate público, mas que seja capaz de incluir plenamente as diferenças.

Já Júlio César de Oliveira Vellozo e Silvio Luiz de Almeida trazem importante contribuição em seu artigo, no qual apontam como o líder abolicionista Luiz Gama se posicionou como uma figura intermediária entre o mundo dos livres e dos escravizados de maneira ativa. Ademais, mostram que Gama utilizou-se de diversos meios na luta contra a escravidão, além do próprio Direito – do qual mobilizou o conceito de direito à resistência para distanciar-se da acusação de insurreição.

Em seguida, Lino Rampazzo e Marcius Nahur analisam o conceito de justiça de Tomás de Aquino, a partir da Suma Teológica. Em seu texto, desenvolvem a noção de que a teoria da justiça comutativa tomasiana pode contribuir na resolução de conflitos como fraudes e corrupções, sejam públicos ou privados. Nessa abordagem, como restauração do prejuízo causado, os responsáveis são obrigados a restituir ou reparar os danos de modo que a justiça comutativa seja concretizada.

Apresentando uma das mais interessantes teorias do Estado da modernidade oitocentista, o artigo *Jacob Buckhardt como teórico do Estado: o esmaecimento de obra de arte*, de Philippe Oliveira de Almeida e Raul Salvador Blasi Veyl, traça um panorama da ascensão dos Estados modernos pós-revolucionários. A perspectiva deste teórico, diferentemente de outras visões da mesma época, desconfia da relação do Estado com o militarismo e da centralização do poder. Por outro lado, a partir da formação de Buckhart, é possível vislumbrar uma política de Estado que reúne componentes culturais, históricos e políticos.

Em sua contribuição, Vivianny Galvão e Robiane Karoline Menezes de Lima Santos analisam a inconstitucionalidade do Projeto de Emenda à Constituição Federal n. 215 de 2000, no que concerne aos direitos dos povos indígenas, reconhecidos enquanto direitos humanos. Nesse sentido, as autoras esclarecem que, apesar dos progressos normativos referentes aos direitos dos povos indígenas, fatores de discriminação e os interesses econômicos de determinados setores sociais suscitaram a elaboração da PEC 215/ 2000.

Por fim, na última seção da Revista, apresentamos os Resumos das Dissertações e Teses já defendidas nos meses de junho, julho e agosto de 2020, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional.

Desejamos a todos uma excelente leitura.

Noel Struchiner
Editor-Chefe

Antonio Pele
Editor-Adjunto